



# ApexBrasil

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO  
DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS



Conhecendo  
**o Sistema  
Político Chinês**

Copyright © 2014 Apex-Brasil

**Mauricio Borges**

*Presidente*

**José Ricardo Santana**

*Diretor De Negócios*

**Antonio Carlos Villalba Codorniz**

*Diretor de Gestão Corporativa*

**Ana Paula Repezza**

*Gerente Executiva de Facilitação para Negócios Internacionais*

Autora do estudo

**Thaís Moretz-Sohn Fernandes**

*Gerência de Facilitação para Negócios Internacionais*

Com colaboração de

**Jose Thiago Vitale Jayme**

**Mauro Ferrer Rocha Araújo**

*Gerência Executiva de Comunicação*

---

Moretz-Sohn Fernandes, Thaís

Conhecendo o Sistema Político Chinês / Thaís Moretz-Sohn Fernandes. - Brasília: Apex-Brasil, 2014.

ISBN 978-85-66713-06-0

---

2014

Todos os direitos quanto ao conteúdo e design deste material são de titularidade exclusiva da Apex-Brasil

- Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, ressalvada sua divulgação desde que citada a fonte.

SBN, Quadra 02, Lote 11

Edifício Apex-Brasil - Brasília/DF - Brasil

CEP 70040-020

Tel.: +55 61 3426-0202 | Fax: +55 61 3426-0263

www.apexbrasil.com.br | apexbrasil@apexbrasil.com.br

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	3
<b>O SISTEMA POLÍTICO CHINÊS: TEORIA X PRÁTICA</b>	4
<b>O SISTEMA EM NÍVEL CENTRAL</b>	8
<b>O SISTEMA EM NÍVEL LOCAL, PROVINCIAL E NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS ESPECIAIS</b>	16
<b>O PROCESSO LEGISLATIVO NA CHINA</b>	20
<b>COMÉRCIO EXTERIOR E INVESTIMENTOS</b>	24
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	26
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	28
<b>ANEXOS</b>	29

# INTRODUÇÃO

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) tem a missão de desenvolver a competitividade das empresas brasileiras, promovendo a internacionalização dos seus negócios e a atração de investimentos estrangeiros diretos. Nossa visão é promover o Brasil no mundo de forma inovadora, competitiva e sustentável, melhorando o posicionamento dos produtos e serviços brasileiros no exterior.

Nesse sentido, um dos principais mercados-alvo das ações de promoção comercial brasileiras é a China, que, desde 2009, ocupa o posto de principal parceiro comercial do Brasil. Só em 2013, o Brasil vendeu mais de USD 43 bilhões para a China e comprou USD 37 bilhões de mercadorias chinesas, resultando em um saldo comercial bilateral de USD 6 bilhões. Não obstante, cerca de 80% da pauta comercial exportada concentra-se em minério de ferro e soja. Ademais, os outros produtos que compõem a pauta exportadora do Brasil para a China são, em sua grande maioria, produtos de baixo conteúdo tecnológico e reduzido valor agregado.

Para melhorar esse panorama, diversas ações têm sido promovidas pelo governo brasileiro, por meio de missões

comerciais ou negociações bilaterais, com o intuito de diversificar as exportações brasileiras e adensar valor à pauta dos produtos exportados para a China. Sob o ponto de vista empresarial, contudo, a China ainda é um mercado muito arriscado e desconhecido. Além da distância, idioma e diferença cultural, o empresariado brasileiro tem de lidar com um mercado repleto de burocracias, um sistema político pouco transparente e legislações complicadas, que se sobrepõem e dificultam o entendimento de incentivos, standards e barreiras nesse importante mercado.

Assim, com o intuito de facilitar o entendimento deste ambiente por parte do empresariado, bem como subsidiar as instâncias governamentais brasileiras com insumos para futuras negociações bilaterais, a Apex-Brasil desenvolveu o estudo “Conhecendo o sistema político chinês”. Acreditamos que, ao entender, por exemplo, “quem é quem na China”, como os regulamentos são feitos e entram em vigor, quais são as diferenças de autonomia entre as províncias e os municípios, poderemos auxiliar as empresas brasileiras a fazer mais e melhores negócios com a China.

# O SISTEMA POLÍTICO CHINÊS: TEORIA X PRÁTICA

Ao contrário do senso comum, o sistema político na China não conta com uma estrutura verticalmente hierarquizada, e, sim, com um complexo sistema de sobreposições, bastante difuso. Apesar da predominância do Partido Comunista na China, no poder desde 1949, há, na tomada de decisão, a participação de diversos outros atores. Entender a atuação de cada um deles é tarefa difícil, pois, com frequência, a formalidade legal dá lugar a costumes e tradições, que, em alguns casos, tornam-se mais relevantes no dia a dia do país.

Embora possua uma Constituição, em vigor desde 1982, que determina que a República Popular da China é um Estado multi-nacional, unitário, regido pela democracia popular, para desenvolver a economia socialista de mercado, a China tem feito importantes transformações nas suas instituições e no seu posicionamento internacional. Essas mudanças se materializaram, por exemplo, na abertura econômica, na entrada na Organização Mundial do Comércio, em 2001, e na busca por ser reconhecida como uma economia de mercado. Com isso, sua Constituição sofreu quatro emendas, com vistas a incorporar uma nova mentalidade econômica.

Em 1988, por exemplo, a China estabeleceu que a economia privada seria complementar ao socialismo público e que o Estado deveria proteger os direitos e interesses do setor privado, guiando, supervisionando e controlando a economia. Também passou a permitir as transferências do direito de uso da terra. Já em 1993, oficializou a mudança de “central planned economy” para “market planned economy” e transformou as empresas estatais (State Enterprises) em State-Owned Enterprises (SOEs), com operações independentes e responsabilidades separadas por perdas e lucros.

Em 1999, uma nova emenda confirmou que a China continuaria no estágio primário do socialismo por mais um longo período. Essa emenda também elevou o status da economia privada, que deixou de ser “complementar ao socialismo público” para ser o principal componente de um socialismo com economia de mercado. Em 2004, foi oficialmente incluído na Constituição que o Estado “respeita e preserva os Direitos Humanos”. Adicionalmente, essa emenda determinou compensações para os casos de expropriação de terra, entre outras mudanças.

Ao mesmo tempo em que a China realiza esses ajustes, destaca-se, porém, que muita informação constitucional permanece desatualizada, sobretudo no que concerne à divisão e competência de cada um dos poderes. Segundo a Constituição, a China conta com um Legislativo representado pelo Congresso Nacional do Povo, e classificado como a mais alta organização dentro da estrutura de poder do Estado, um Executivo liderado pelo Conselho de Estado, e um Judiciário independente. Na prática, porém, o Congresso Nacional do Povo se reúne somente uma vez por ano, o Conselho de Estado é o órgão mais atuante e o Judiciário tem pouca autonomia.

Além disso, o Partido Comunista Chinês não é mencionado pela Constituição da China, apesar de ser de fato o mais importante órgão na estrutura de poder. É o PCC o responsável pelas principais decisões de governo. É ele quem, na prática, elege os membros dos comitês e o Presidente da República, os membros do Comitê Central, Comissão Central de Inspeção Disciplinar, o Secretário Geral, os membros do Politburo e do Secretariado.

O PCC tem também papel decisivo na aprovação das emendas e nas principais diretrizes do governo, como se vê nas figuras a seguir:

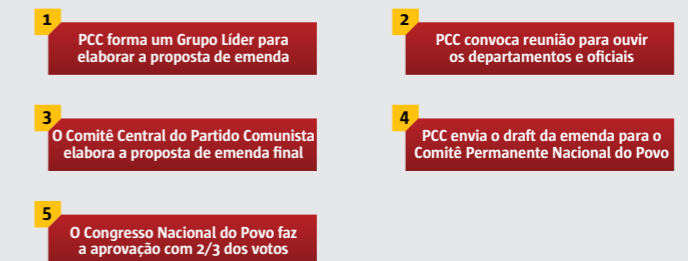
## PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DE EMENDAS SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO

A Constituição da China destaca quem tem a iniciativa para propor a emenda e qual é o quórum necessário para aprová-la.



## PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DE EMENDAS NA PRÁTICA

A Constituição não faz referência ao papel do Partido Comunista em elaborar as propostas de emenda e encaminhá-las ao Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo, em etapa anterior à iniciativa formal da proposta e aprovação.



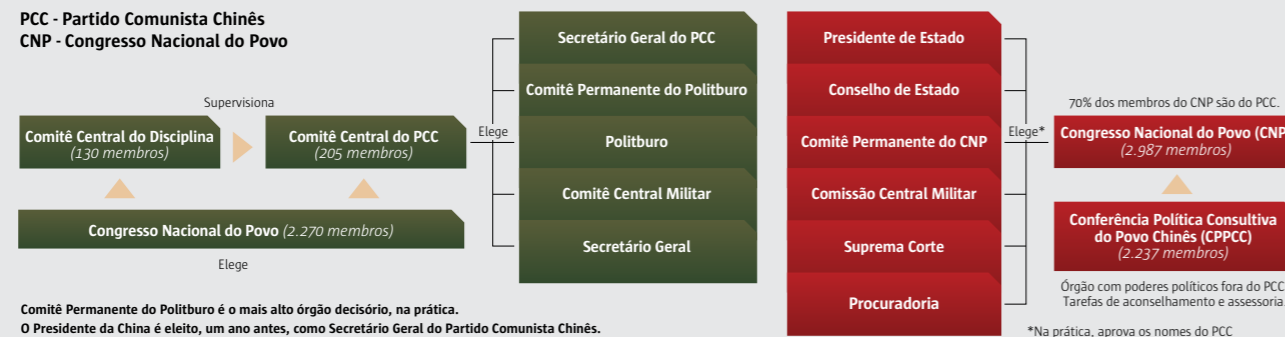
COMPOSIÇÃO GERAL DO GOVERNO CHINÊS

Nota-se, em negrito, a estrutura do Partido, que não é mencionada na Constituição. Em cores mais claras, seguem os principais órgãos que compõem a estrutura oficial de governo.



PARTICIPAÇÃO DO PCC NA ESCOLHA DOS LÍDERES NA CHINA

Apesar de o PCC não ser explicitamente mencionado na composição do governo, é dele que saem os principais líderes da China. Como será visto no próximo capítulo, a estrutura espelhada entre Partido e governo faz do PCC um órgão decisório implícito.



**VOCÊ SABIA** que a China tem uma Constituição em vigor desde 1982?

Essa Constituição está disponível em inglês no site: [http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Constitution/node\\_2825.htm](http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Constitution/node_2825.htm)

Essa é a quinta Constituição da China, desde a proclamação da República Popular, em 1949. As constituições anteriores da China foram:

**1949** Na realidade, era um "Programa Comum", implementado logo após a Revolução Comunista. Foi elaborado pela Conferência Política Consultiva do Povo Chinês. Aboliu privilégios e funcionou como uma Constituição temporária, até 1954, quando houve a adoção da Constituição de 1954. Reconhecia direitos civis.

**1954** A primeira Constituição da China pós-revolucionária tinha como pilares estabelecer os passos para transformar o país em uma "sociedade socialista". Reconhecia direitos civis.

**1975** Uma nova Constituição entrou em vigor durante a Revolução Cultural (1966-1976). Mexeu em toda a estrutura de Estado e aboliu direitos civis. É bastante criticada e considerada um anacronismo na história da China.

**1978** Seu objetivo era "restaurar a paz e a ordem". Bastante moderna, enfatizava a "modernização", em vez da "luta de classes". Restabeleceu a estrutura do Estado e diversos direitos civis.



# O SISTEMA EM NÍVEL CENTRAL

Em regra, o sistema político chinês conta com as instituições do partido e as do governo, que possuem um fluxo operacional similar e estrutura relativamente espelhada. Ambas contam com um grande congresso, que se reúne esporadicamente, e que, na teoria é a mais importante instância decisória; um comitê intermediário, que se reúne com mais frequência; e um petit comitê, composto pelas lideranças mais importantes da China, e, de fato, o principal grupo tomador de decisões.

## ESTRUTURA DO PARTIDO

Secretário Geral (*Xi Jinping*)

Comitê Permanente do Politburo (7 membros)

Politburo (25 membros)

Comitês e Grupos maiores

## ESTRUTURA DO GOVERNO

Presidente da República (*Xi Jinping*)

Conselho de Estado (10 membros)

Ministérios

Departamentos e comissões

Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo (total de cerca de 175 pessoas, podendo mudar de uma sessão para a outra. Mas a liderança é exercida por um presidente e 13 vices)

Congresso Nacional do Povo (2987 membros, podendo mudar de uma sessão para a outra)

Grupos

Suprema Corte (1 Presidente, 8 vice-presidentes e juizes) e Procuradoria (1 Procurador-Geral e 7 vice procuradores)

Como se vê nas figuras abaixo, os membros do Partido e do governo são, em regra, as mesmas pessoas.

### COMITÊ PERMANENTE DO BUREAU POLÍTICO (POLITBURO)



PRESIDENTE  
**Xi Jinping**  
É também Secretário Geral do Comitê Geral do PCC; Chefe da Comissão Militar do PCC)



PRIMEIRO MINISTRO  
**Li Keqiang**  
É também Chefe do Conselho de Estado



Presidente do NPC  
**Zhang Dejiang**



Presidente do CPPCC  
**Yu Zhengsheng**



Chefe de Ideologia e Propaganda  
**Liu Yunshan**



Chefe de Disciplina  
**Wang Qishan**



Vice Primeiro Ministro do Conselho de Estado  
**Zhang Gaoli**



**Xi Jinping**



**Ma Kai**



**Wang Qishan**



**Wang Huning**



**Liu Yunshan**



**Liu Yandong**



**liu Qibao**



**Xu Qiliang**



**Sun Chunlan**



**Sun Zhengcai**



**Li Keqiang**



**Li Jianguo**



**Li Yuanchao**



**Wang Yang**



**Zhang Chunxian**



**Zhang Gaoli**



**Zhang Dejiang**



**Fan Changlong**



**Meng Jianzhu**



**Zhao Leji**



**Hu Chunhua**



**Yu Zhengsheng**



**Li Zhanshu**




**Guo Jinlong**




**Han Zheng**

### POLITBURO


**CONSELHO DE ESTADO**




**PRIMEIRO MINISTRO**  
**Li Keqiang**  
Membro do Comitê Permanente do Politburo




**VICE PRIMEIRO MINISTRO**  
**Zhang Gaoli**  
Membro do Comitê Permanente do PCC. Responsável por assuntos Macroeconômicos.




**Liu Yandong**  
Membro do Politburo. Responsável por educação, ciência, saúde e esporte.




**Wang Yang**  
Membro do Politburo. Responsável por agricultura, negócios e turismo.




**Mai Kai**  
Membro do Politburo. Responsável por finanças, indústria, transporte e recursos humanos.




**CONSELHEIRO DE ESTADO**  
**Yang Jing**  
Membro do Secretariado do PCC. Secretário Geral do Conselho de Estado. Responsável pelos departamentos administrativos subordinados ao Conselho de Estado.




**CONSELHEIRO DE ESTADO**  
**Chang Wanquan**  
Membro do Comitê Central do PCC. Membro da Comissão Central Militar. Membro do CNP. Membro da Defesa.



**CONSELHEIRO DE ESTADO**  
**Yang Jiechi**  
Membro do Comitê Central do PCC. Responsável pelos assuntos de relações exteriores e pela administração de Hong Kong e Macau.



**CONSELHEIROS DE ESTADO**  
**Guo Shengkun**  
Membro do Comitê Central do PCC. Ministro da Segurança Pública. Responsável por segurança de Estado e segurança pública.



**CONSELHEIROS DE ESTADO**  
**Wang Yong**  
Membro do Comitê Central do PCC. Responsável por assuntos de supervisão como AQSIQ, SASAC, etc.

**COMITÊ PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL DO POVO**



**PRESIDENTE**  
**Zhang Dejiang**



**Li Jianguo**



**Wang Shengjun**



**Chen Changzhi**



**Yan Junqi**



**Wang Chen**



**Shen Yueyue**



**Ji Bingxuan**



**Zhang Ping**



**Qiangba Puncog**



**Arken Imirbaki**



**Wan Xiang**



**Zhang Baowen**



**Chen Zhu**

**Entre as principais atribuições dessas pessoas ou órgãos, destacam-se:**

**ESTRUTURA DO GOVERNO**

- Presidente**
- Promulga estatutos, nomeia e destitui o Primeiro Ministro, os conselheiros de Estado, ministros, auditores e o secretário geral do Conselho de Estado;
  - Ratifica e denuncia tratados e acordos internacionais;
  - Suas competências são, em regra, definidas na Constituição de 1982 e, na prática, não tem sido feito uso de poderes além dos que estão nela definidos.
- 
- Conselho de Estado**
- É chefiado pelo Primeiro Ministro;
  - Possui 4 vice-primeiros-ministros, 5 conselheiros e um secretário geral;
  - Ao Conselho de Estado estão subordinados todos os 25 ministérios, bem como diversas outras instituições diretamente ligadas ao Poder Executivo;
  - Esse órgão tem o poder de emitir diferentes tipos de regulamentos administrativos, decisões, e ordens que não contrariem a Constituição;
  - Guia e supervisiona os ministérios e comissões que lhe são subordinados;
  - Aprova a divisão geográfica das províncias, regiões autônomas e especiais; prefeituras e cidades;
  - Conduz as relações exteriores e conclui os tratados e acordos internacionais;
  - Formula as tarefas e responsabilidades dos ministérios;
  - Exerce a liderança unificada sobre o trabalho dos órgãos locais da Administração em todos os níveis, e formula a divisão de poderes entre o Governo Central, as províncias, as regiões autônomas e as municipalidades;
  - Altera ou anula ordens, decisões e diretrizes dos ministérios e comissões;
  - Planeja e implementa planos para o desenvolvimento nacional e o orçamento;
  - Exerce todas as demais funções que lhe forem atribuídas pelo Congresso Nacional do Povo e seu comitê permanente. Para mais informações sobre o Conselho de Estado, consulte: [http://english.gov.cn/statecouncil/2014/09/03/content\\_281474985533579.htm](http://english.gov.cn/statecouncil/2014/09/03/content_281474985533579.htm) e veja também o Anexo I com a lista completa das instituições a ele vinculadas.
- 
- Congresso Nacional do Povo**
- Oficialmente, elege ou destitui do poder o Presidente de Estado, o presidente da Suprema Corte, o Procurador-Geral, o Primeiro Ministro e Vice-Primeiro-Ministro, os Conselheiros de Estado, os Ministros, o Auditor-Geral, o Secretário Geral do Conselho de Estado, o Presidente da Comissão Central Militar, entre outros;
  - Examina e aprova o plano nacional de desenvolvimento econômico e social.
  - Altera ou anula decisões que contrariem a Constituição.
  - Aprova o estabelecimento de províncias, regiões autônomas, municipalidades etc.
  - Estabelece as regiões administrativas especiais.
- 
- Suprema Corte e Procuradoria**
- A Suprema Corte é o mais alto órgão do Judiciário;
  - Ela se reporta ao Congresso Nacional do Povo e ao seu comitê permanente;
  - A Suprema Corte apenas ouve os casos, enquanto a Procuradoria faz os julgamentos.

### ESTRUTURA DO PARTIDO

<b>Comitê Central do Partido Comunista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formalmente, é a autoridade maior do Partido Comunista;</li> <li>- Se reúne uma vez ao ano, pelo menos, no chamado Congresso Nacional do Partido Comunista;</li> <li>- Faz supervisões, inspeções, relatos e estabelece diretrizes.</li> </ul>
<b>Comitê Político do Partido Comunista (Politburo)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possui um total de 25 membros;</li> <li>- É presidido por um Secretário Geral que, normalmente, um ano após se tornar Secretário, torna-se Presidente da República;</li> <li>- Exerce o poder e toma as decisões políticas quando as sessões plenárias estão fechadas.</li> </ul>
<b>Comitê Permanente do Politburo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possui 7 membros, incluindo o Secretário-Geral;</li> <li>- Exerce o poder funcional.</li> </ul>

Ademais, dentro da estrutura de governo, menciona-se a existência da Conferência Central Militar e da Conferência Consultiva do Povo Chinês. Esta é uma organização abrangente, multipartidária, de aconselhamento, apenas. Representa opiniões de outros grupos de interesse que não o Partido Comunista Chinês, como a Liga Democrática e o Comitê Revolucionário do Kuomintang, entre outros. Suas opiniões são encaminhadas ao Congresso Nacional do Povo. Segundo alguns especialistas, ela serve para evitar

demandas populares fora de controle. Já a Conferência Central Militar representa o comando das Forças Armadas na China. O Partido Comunista escolhe seus membros.

Dentro da estrutura do Partido, cita-se, ainda, a Comissão de Inspeção Disciplinar e o Secretariado. Este é, de fato, um secretariado do Politburo, enquanto a Comissão Disciplinar faz supervisões do trabalho dos membros do Partido, inspeções disciplinares e fiscalizações anticorrupção.

## CICLOS POLÍTICOS NA CHINA

Na China, o cenário político se altera profundamente a cada 10 anos, aproximadamente, quando ocorre a troca do Presidente da República. De cinco em cinco anos ocorrem mudanças intermediárias, com o encerramento do mandato dos demais membros do governo, e anualmente ocorrem alterações de menor impacto, em reuniões periódicas específicas.

### 1 CICLOS PRESIDENCIAIS E AGENDAS POLÍTICAS

			
<b>Deng Xiaoping</b> (1978-1989) Modernização, abertura e reforma	<b>Jiang Zemin</b> (1989-2003) Desenvolvimento econômico e modernização	<b>Hu Jintao</b> (2003-2013) Desenvolvimento científico e sociedade	<b>Xi Jinping</b> (2013-2023) "China Dream", rejuvenescimento nacional e reforma

por Deng Xiaoping, em 1978, a China vem sofrendo crescente influência ocidental, modernizando algumas de suas instituições, inclusive o seu processo sucessório. Em 1989, com o episódio na praça de Tiananmen, a China freou o ritmo de sua reforma política, retomando-a em 2002. Mas ainda restando um longo caminho a percorrer para torná-la mais transparente e com regras mais compreensíveis para o observador externo.

Desde que assumiu o comando do governo, Xi Jinping tem priorizado a continuidade dessas reformas políticas, bem como o aprofundamento de reformas econômicas e sociais. Na área política, Xi Jinping busca adotar medidas de transparência no governo, introduzir o sistema de pesos e contrapesos de poder, introdução de um sistema de controle de poder em todos os níveis de governo, novos regulamentos para a prevenção de conflitos de interesses. Na área econômica, as reformas enfatizam o tratamento igual entre empresas públicas e privadas, a abolição dos regulamentos discriminatórios, maior mobilidade urbana e maior possibilidade de transferência entre áreas rurais e urbanas, introdução de um sistema claro para os orçamentos de todas as municipalidades, reforma tributária, com aumento do percentual para os governos locais nos impostos diretos, alteração no sistema de registro de propriedades, começando nas cidades menores e avançando para as médias, entre outras medidas.

#### Processo sucessório



As sucessões no topo da hierarquia não possuem um rito fixo, sofrendo influência do legado histórico da União Soviética, da filosofia confucionista e do passado imperial chinês, em que imperava o "rule of a man" em vez da "rule of law". Há indicações do presidente, discussões no partido e aprovações no Congresso Nacional do Povo. Desde as reformas iniciadas



Na área social, prioriza reformas no sistema de educação, incluindo abolição de diferenças entre as escolas, menor rigidez nos exames de admissão à universidade, implementação de um sistema de salários mínimos, novo sistema de pensão, unificação do sistema de saúde para áreas rurais e urbanas, aumento da idade para a aposentadoria, novos hospitais, política de dois filhos e estímulo ao engajamento de organizações sociais na prevenção de conflitos sociais.

**Em 2014**, como parte da reforma política, algumas transformações começaram a ocorrer na estrutura de poder, com a criação de novos “órgãos”, redistribuição de responsabilidades e implementação de um grande movimento anticorrupção. Nesse sentido, duas novas instituições, o Grupo Diretivo para a Reforma Central Abrangente e o Grupo Dirigente para a Rede Central de Segurança, passaram a se sobrepor a alguns ministérios, apesar de não terem um status de “órgão permanente”.

O Grupo Diretivo para a Reforma se sobrepõe à Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), com o objetivo de ser um mais alto comando para a reforma, considerada lenta nos últimos anos, quando esteve a cargo do NDRC. Já o Grupo Diretivo de Segurança visa a proteger a ideologia oficial dos impactos das democracias ocidentais, gerados via internet.

## 2 CICLOS QUINQUENAIS

Nos ciclos quinquenais, se enquadram o Congresso Nacional do Partido Comunista, o Congresso Nacional do Povo e a Conferência Política Consultiva do Povo Chinês.

### Congresso Nacional Do Partido Comunista

Atualmente, está em vigor a 18ª sessão. Com mandato para o período de 2012 a 2017, essa sessão se reúne, dentro desse espaço de tempo, por um total oficial de 7 vezes.

**Reunião 1 e 2:** nomeação dos cargos e pessoas;

**Reunião 3:** quando é feito o planejamento do governo, por isso considerada a mais importante das reuniões;

**Reuniões 4 a 6:** discussão de tópicos específicos dos planos anuais;

**Reunião 7:** preparação para a próxima sessão do PCC.

A terceira reunião da atual sessão ocorreu em novembro de 2013. Como resultado, o Partido determinou a estratégia para aprofundar a reforma política. Em outubro de 2014, durante a quarta reunião, um dos tópicos mais discutidos foi o “rule of law” “ou seja, “a administração do Estado conforme a lei”.

**O próprio governo chinês, em seu website oficial, reconhece que a legislação na China é “centralizada, com certo grau de descentralização”, e que “devido a alguns problemas, lacunas e deficiências, o processo legislativo nem sempre pode ser obedecido inteiramente. A Lei de Legislações sumariza os avanços no processo legislativo chinês, mas a China ainda está longe de ter o mesmo patamar legislativo de outros países. Tentativas futuras devem ser tomadas para que a China atinja os padrões internacionais, ao mesmo tempo em que consiga manter suas próprias características” (The Development of Contemporary Chinese Legislation: <http://www.china.org.cn/english/kuaixun/76336.htm#b1>).**

### Congresso Nacional Do Povo

Atualmente em vigor a 12ª sessão, com mandato para o período entre 2013 e 2018.

### Conferência Política Consultiva Do Povo Chinês

Atualmente a 12ª sessão, com mandato para o período entre 2013 e 2018.

## 3 CICLOS ANUAIS

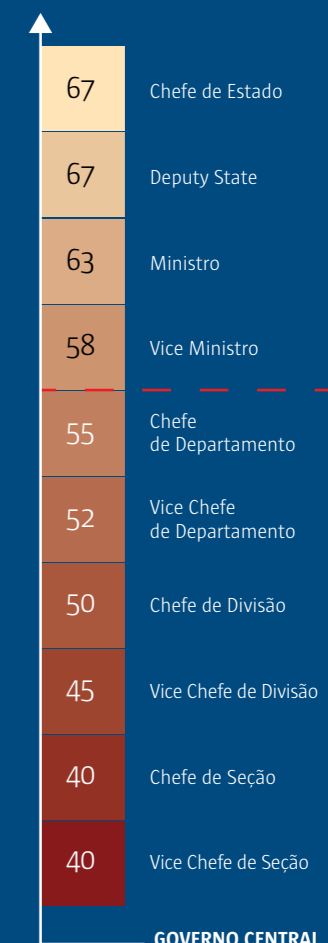
O Congresso Nacional, a Conferência Consultiva e o Comitê Central do Partido Comunista também realizam reuniões anuais, sobretudo para avaliarem a implementação das políticas.

### FIQUE ATENTO!

As reformas na China e os resultados das sessões plenárias do CCPC interessam aos investidores estrangeiros, que desejam um marco legal mais previsível para seus negócios na China. Apesar de as reuniões serem sigilosas, grande parte do resultado dos trabalhos é publicado em site oficial chinês e também na imprensa. Acompanhe a edição especial do Xinhua sobre a 18ª Sessão do PCC: <http://www.xinhuanet.com/english/special/18cpcnc/index.htm> e a cobertura produzida pelo CCTV: [http://english.cntv.cn/special/fourthplennum\\_18thCPC/](http://english.cntv.cn/special/fourthplennum_18thCPC/).

**VOCÊ SABIA** que na China a idade é um fator decisivo para ser promovido e alocado em cargos da mais alta hierarquia?

Veja abaixo o ranking das idades relacionadas aos cargos:



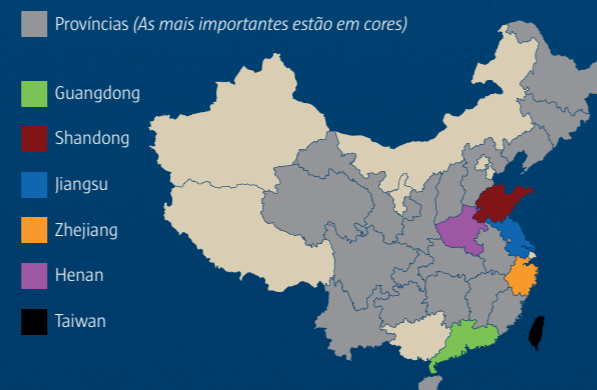
# O SISTEMA EM NÍVEL LOCAL, PROVINCIAL E NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS ESPECIAIS

De acordo com o Art. 3º da Constituição chinesa, a China adota o princípio do “centralismo democrático”, em que “a divisão de funções e poderes entre os órgãos centrais e locais é guiada pelo princípio da abrangência e iniciativa, sob a liderança unificada das autoridades centrais”. Isso significa que a China não adota o modelo federativo brasileiro, em que as competências são claramente estabelecidas para cada ente, nem um modelo unitário típico, em que há somente duas esferas (a central e a local), com larga concentração de poder na central e pouca autonomia local.

Na China, as unidades administrativas são de quatro tipos, havendo diferenças entre elas e dentro delas. Suas principais características são:

**1 REGIÕES DE PROVÍNCIAS:** são 33 regiões de províncias. O chefe de uma “região de província” tem status de um ministro. Nesse nível, chamado provincial, incluem-se as províncias, propriamente ditas, as cidades-municípios, as regiões autônomas e as regiões administrativas especiais.

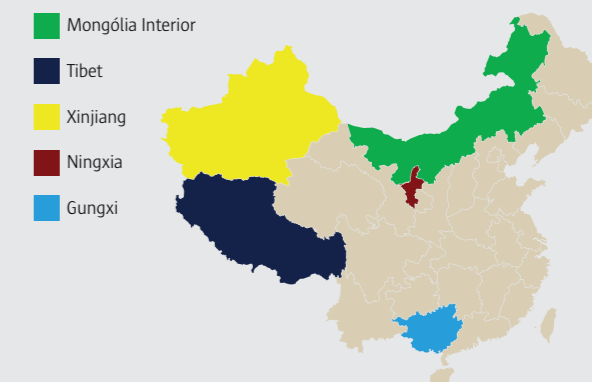
**1.1 Províncias:** equivalem aos estados brasileiros. São um total de 22 províncias no continente, constituindo 54% do território chinês, mais a ilha de Taiwan, considerada pela República Popular da China a sua província número 23. As cinco principais são: Guangdong, Jiangsu, Shandong, Zhejiang e Henan. Os chefes dessas províncias ocupam posições importantes dentro do Partido. Atualmente, o “governador” de Guangdong é membro do Politburo. Antes de tornar-se Presidente da China, Xi Jinping passou cinco anos na secretaria de Zhejiang. Os chefes de província são alvo da investigação anticorrupção de Xi Jinping e Wang Qishan.



**1.2 Cidades-municípios/“municipal cities”:** possuem o mesmo nível hierárquico das províncias. Somente algumas cidades podem ter o status de “cidades-município”. São apenas quatro: Xangai, Pequim, Chongqing e Tianjin. Todos os “chefes” dessas cidades município são do Politburo. O Congresso Nacional do Povo é o responsável por conferir esse status a uma cidade. A última a recebê-lo foi Chongqing, em 1997. Devem possuir características especiais. Pequim, por exemplo, é a capital. Xangai é o centro financeiro. Tianjin é o porto e a proteção de Pequim. Chongqing é o símbolo do desenvolvimento do oeste chinês.



**1.3 Regiões autônomas:** correspondendo a um total de 45% do território chinês, existem cinco regiões autônomas na China. Xingjian, Tibet, Gungxi, Ningxia e Mongólia. Possuem maior liberdade jurídica. Leis que confrontem as tradições dessas minorias não são aplicáveis nas regiões específicas. Nas regiões autônomas, o idioma da etnia local também é considerado um idioma oficial. A política do filho único não é aplicável. Em regra, o secretário do Partido Comunista local é da etnia Han, enquanto o governador é da etnia regional. O secretário de Xingjian é do Politburo.



**1.4 Regiões administrativas especiais:** são somente duas. Hong Kong e Macau. O status de “região administrativa especial” é conferido pelo Congresso Nacional do Povo. Nelas, o secretário do Partido Comunista tem pouco poder. O governador é mais relevante. Possuem uma série de liberdades: legislaturas multipartidárias, seus próprios sistemas legislativos, monetários e forças policiais. São territórios aduaneiros separados, estabelecem suas políticas de imigração, seu sistema educacional, idioma, esporte, serviço de postagem, além de substancial independência para conduzir certos temas de relações exteriores. Exemplos: as regiões administrativas especiais podem firmar acordos com outros países sobre isenção de vistos, extradição e acordos de tributação; podem participar de eventos esportivos com delegações separadas – delegação de Hong Kong e delegação de Macau; podem emitir seus próprios passaportes, entre outras autonomias.



**2 REGIÕES DE PREFEITURAS:** são 333 no total, e incluem diferentes tipos de cidades. As mais comuns são as cidades-prefeitura, os distritos de cidades-município, as vilas de cidade-município, entre outras.

**3 REGIÕES DE DISTRITOS:** são 2.853. Incluem os distritos de cidades-prefeitura, vilas de cidade-prefeitura etc.

**4 REGIÕES DE VILAS:** são 40.497. Incluem os vilarejos e comunidades da mais baixa hierarquia. A organização do poder dentro dessas regiões, em regra, segue a mesma lógica da organização do poder no nível central, havendo, em cada um desses níveis, uma estrutura de partido e de governo, com ciclos quinquenais e anuais.



**FIQUE ATENTO!**

A relação entre o governo central e as regiões autônomas não raro sofre polêmicas, sendo fonte de debate a respeito de as autonomias seguirem como estão, diminuïrem ou aumentarem com o passar do tempo. Símbolo dessa indefinição foram os protestos populares que eclodiram em Hong Kong em outubro e novembro de 2014. Nesse episódio, o governo central chinês havia prometido um sufrágio universal até 2017, em Hong Kong, com vistas a eleger o chefe do Poder Executivo local. Contudo, a seu modo, decidiu que os candidatos deveriam ser nomeados pelo governo central, o que deu origem a protestos populares por sufrágio “verdadeiro”, ao modo ocidental. Esses protestos foram chamados de “revolução dos guarda-chuvas”, em referência ao uso desse objeto pelos manifestantes.

**VOCÊ SABIA** que, além da República Popular da China, Macau e Hong Kong também são membros da OMC? Em 2012, o comércio entre a China continental e Hong Kong alcançou cifras superiores a USD 341 bilhões. O comércio entre a China continental e Macau teve um fluxo bem menor, registrando USD 2,9 bilhões.

As estatísticas de comércio da República Popular da China, bem como outros dados econômicos e sociais importantes podem ser encontrados online no National Bureau of Statistics of China! Acesse: [www.stats.gov.cn/english](http://www.stats.gov.cn/english).

# O PROCESSO LEGISLATIVO NA CHINA

Na China, além da Constituição da República, considerada a Lei Maior, e cujo processo de emenda foi explicado no capítulo 1, existem ainda outras categorias de leis, divididas em cinco grandes tipos: leis ordinárias, regulamentos administrativos, regulamentos provinciais e ministeriais, regulamentos de províncias e regulamentos locais. Todas elas têm força de lei, mas somente as leis ordinárias contam com um rito específico para aprovação pelo Poder Legislativo.

**1** Leis Ordinárias: lidam sobre aspectos mais importantes de desenvolvimento e leis gerais que afetam toda a China. Devem ser aprovadas pelo Congresso Nacional do Povo, obedecendo-se o seguinte rito:

<b>Iniciativa política</b>	O processo normalmente começa com ideias, originadas de diversas fontes, incluindo associações empresariais e institutos de pesquisa; podem circular em documentos oficiais por anos e anos antes de se tornarem uma política oficial ou uma lei.
<b>Draft inicial</b>	A formalização de uma proposta de lei pode ser feita pelo Conselho de Estado, pelo Congresso Nacional do Povo, ou pelos ministérios, dentro de suas áreas de atuação.
<b>Entrada na agenda oficial</b>	Se a proposta de lei for validada pelo Departamento Legal do Conselho de Estado, ela se torna, a partir daí, oficialmente uma proposta dentro da agenda do governo central. Esse departamento irá verificar se a lei não contraria nenhum dispositivo da Constituição, poderá solicitar esclarecimentos dos ministérios e demais agentes envolvidos na sua elaboração, ouvir opiniões públicas, bem como editar o conteúdo da proposta.
<b>Revisão e comentários</b>	O processo de revisão e edição da proposta de lei sofre, paralelamente, a interferência de Pequenos Grupos Líderes, que também se subordinam ao Conselho de Estado e se encarregam de ouvir outros departamentos do governo e verificar se aquela lei é oportuna para o momento. Esses grupos elaboram pareceres, white papers, e, publicamente, disponibilizam as propostas para feedbacks. Esse processo pode levar anos.

<b>Aprovação</b>	Em algumas matérias, como ciência e tecnologia, o Conselho de Estado pode aprovar a lei ou política e colocá-la em vigor. Se a proposta tiver outros conteúdos ou for mais que um “regulamento administrativo”, o Conselho de Estado deverá encaminhá-la ao Congresso Nacional do Povo, que, por sua vez, também pode revisá-la, em processos que duram anos, até efetuar a aprovação.
<b>Interpretação e implementação</b>	Quando a lei é aprovada pelo Congresso Nacional, após todos os processos de revisão e edição, ela é, em geral, vaga, estabelecendo princípios gerais, orientações. Cabe ao Conselho de Estado a responsabilidade de implementar a lei e interpretá-la, por meio de regulamentos específicos.
<b>Revisão e conflito</b>	Se houver conflitos entre os entendimentos dos diferentes ministérios, quem decide a interpretação correta é o Conselho de Estado (e não o Judiciário). Quem supervisiona as leis do Conselho de Estado é o Congresso Nacional do Povo.
<b>O governo e o partido comunista</b>	O Partido Comunista se envolve mais nas políticas abrangentes e menos em regulamentos muito específicos, de alguns segmentos industriais.

- 2** Regulamentos administrativos: são aprovados pelo Conselho de Estado. Grande parte das políticas de investimentos estrangeiros se enquadram nessa categoria.
- 3** Regulamentos ministeriais e regulamentos do nível provincial: são aprovados pelos ministérios, dentro das suas áreas de competência. A maioria das políticas de comércio se enquadram nesse nível.
- 4** Regulamentos dos governos das províncias: são emitidos pelas 33 regiões de províncias. Devem ser aprovados pelo Congresso do Povo provincial.
- 5** Regulamentos locais: aprovados pelo Congresso do Povo local.



**Nesse processo, são, portanto, atores-chave:**

- Congresso Nacional do Povo: a principal autoridade legislativa. Se reúne somente uma vez ao ano, quando toma as decisões legislativas mais importantes. Tem, porém, um comitê permanente com cerca de 160 membros, que estabelece leis, políticas e delega autoridades a outros órgãos.
- Conselho de Estado: oficialmente, é o mais alto órgão do Poder Executivo. No entanto, também tem poderes legislativos, já que pode decidir e emitir regulamentos e leis dentro de sua competência, sem a necessidade de serem aprovados pelo Congresso Nacional do Povo. Sobre temas mais estratégicos, encaminha sugestões para aprovação do Congresso Nacional do Povo.
- Ministérios: além de aprovarem políticas e leis dentro de suas áreas, também estão envolvidos no processo legislativo, influenciando agendas ou elaborando propostas de leis para serem encaminhadas ao Congresso Nacional do Povo.
- Pequenos Grupos Líderes do Conselho de Estado: dependendo da política e da importância da lei a ser estabelecida, o Conselho de Estado forma grupos para supervisão e orientação dos demais ministérios.
- Departamento Legislativo do Conselho de Estado: faz as revisões das propostas de lei e a coordenação entre os diferentes ministérios, com vistas a evitar leis e regulamentos contraditórios entre um e outro.

Acesse online o banco de dados de leis da China: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/Frameset-page.html>

No processo legislativo, diversos outros atores - como os governos locais, think tanks, associações de consumidores, câmaras de comércio, empresas e grupos de pressão - são ouvidos pelo governo central e impactam na elaboração das leis e das políticas. Alguns especialistas estimam que o governo chinês tenderá a ouvir cada vez mais esses “grupos de pressão”, visando a atender as demandas populares, antes que elas transbordem em protestos ou reclamações na mídia.

Na China, o sucesso das demandas empresariais é maior à medida em que têm estratégias win-win, “third party coalition” e a formação de um coro de vozes unidas em torno do mesmo interesse.

As regiões de província contam com amplo grau de autonomia para aprovar certas leis, destacadamente decretos e regulamentos, quando são necessárias para viabilizar a implementação de uma lei nacional. Os ritos de aprovação são similares aos ritos em nível central, podendo ser aprovadas pelo governo local (no lugar do Conselho de Estado) ou pelo Congresso Nacional local (no lugar do Congresso Nacional do Povo).

A Lei geral de Legislação chinesa (Legislation Law of the People’s Republic of China, em vigor desde 2000), incluída no anexo II do presente estudo, estabelece as competências dessas regiões e mais detalhes sobre os ritos de aprovação dos regulamentos provinciais e locais. Já nas regiões administrativas de Hong Kong e Macau, suas autonomias estão destacadas, no primeiro caso, na declaração conjunta Sino-Britânica e, no segundo, na declaração conjunta Luso-chinesa. Esses direitos estão incorporados à Lei Básica de Hong Kong e Lei Básica de Macau. Destacadamente, no que concerne aos processos legislativos e de elaboração de políticas, seus Conselhos Legislativos têm poderes totais, estando o Governo Central chinês não autorizado a interferir nos ritos.

Lei Básica de Macau:  
[http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/12/content\\_1383835.htm](http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/12/content_1383835.htm)

Lei Básica de Hong Kong:  
[http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/12/content\\_1383894.htm](http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/12/content_1383894.htm)

**FIQUE ATENTO!**

Uma nova Lei de Legislação foi elaborada pelo Congresso Nacional do Povo em 2014. Poderá entrar em vigor em 2015.



# COMÉRCIO EXTERIOR E INVESTIMENTOS

No que concerne às políticas de comércio exterior e investimentos, conforme visto em capítulo anterior, o Conselho de Estado e diversos de seus ministérios exercem papel crucial na elaboração e implementação dessas políticas, muitas vezes com força de lei, destacando-se:

- Comissão para o Desenvolvimento Nacional e Reforma (NDRC): subordinada ao Conselho de Estado. Estuda e formula políticas para o desenvolvimento econômico e social.
- Ministério do Comércio (MOFCOM): subordinado ao Conselho de Estado. Formula políticas de comércio exterior. Está diretamente relacionado com as políticas anti-dumping, quotas, licenças etc.
- Administração Geral das Alfândegas (GAC): subordinada ao Conselho de Estado. Supervisiona entradas e saídas do território aduaneiro da China continental.
- Ministério das Finanças (MOF): subordinado ao Conselho de Estado. Agência executiva que administra as políticas macroeconômicas e o orçamento nacional.
- Banco da República Popular da China (PBOC): subordinado ao Conselho de Estado. É o banco central chinês, com poder de controlar e regular as instituições financeiras na China continental.
- Comissão de Tarifas Aduaneiras (CTC): subordinada ao Conselho de Estado. É presidida pelo Ministro das Finanças, sendo uma agência de coordenação e consulta, ligada ao Conselho de Estado. Tem o monopólio na determinação das tarifas.
- Departamento Especializado no Gerenciamento Econômico (SEMD): subordinado ao NDRC. Responsável por mobilizar recursos e alocá-los de acordo com interesses industriais e setoriais específicos.
- Departamento de Comércio Exterior: subordinado ao MOFCOM. Formula medidas administrativas e o catálogo de importação e exportação. Formula e implementa planos anuais de importação e exportação.
- Administração Nacional do Câmbio (SAFE): vinculada ao PBOC. Implementa as políticas monetárias do PBOC.

Ademais, desde sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), a China formou uma série de instituições com vistas a auxiliá-la no cumprimento das regras mundiais de comércio e realizar reformas internas para torná-la apta a cumprir com seus compromissos de acesso ao órgão, entre elas:

- Administração para a Supervisão da Inspeção e Qualidade e Quarentena (AQSIC): fundada em 2001 com o propósito de garantir que a China cumpra com os compromissos assumidos na OMC, gerenciando padrões regulatórios, certificados de qualidade e inspeção das entradas e saídas de commodities. É vinculado ao Conselho de Estado.
- Administração de Standards da China (SAC): criada em 2001 pela AQSIC e pelo Conselho de Estado, com o propósito de elaborar a agenda anual de standards da China. Além de elaborar, tem autonomia para aprovar e publicar os standards finais.
- Comissão Nacional Chinesa para Acreditação e Regulação de Certificados (CNCA): criada em 2001 pela AQSIC e pelo Conselho de Estado, com o propósito de designar inspeções, organismos de certificação, publicar lista de fabricantes certificados e direcionar o trabalho dos órgãos locais da AQSIC no sentido de fiscalizar e encontrar os que violam os requisitos de certificação obrigatória.

## Promoção comercial e de investimentos

Em matéria de promoção comercial e investimentos, a China conta com os seguintes institutos:

- Departamento de Desenvolvimento do Comércio (TDB): vinculado ao Ministério do Comércio (MOFCOM),

tem como foco principal assistir empresas chinesas, especialmente pequenas e médias, a desenvolverem mercados internacionais. Oferece serviços de informação, consultorias, feiras, eventos, treinamentos, coaching, investigação de créditos e idoneidade de parceiros. Também promove importações.

- Câmaras de Comércio: vinculadas ao Ministério do Comércio, existem ainda várias câmaras setoriais, que promovem a importação e a exportação de têxteis, maquinários, aeronaves, entre outros itens. No anexo II, na estrutura geral do MOFCOM, pode-se notar a lista dessas câmaras oficiais.
- Agência Chinesa para a Promoção dos Investimentos (CIPA): vinculada ao Ministério do Comércio (MOFCOM), promove a atração de investimentos para a China (inbound investments) e os investimentos da China no exterior (outbound investments). Oferece serviços específicos de site location, informações técnicas e atendimentos.
- Conselho Chinês para a Promoção dos Investimentos Estrangeiros (CCIP): também vinculado ao MOFCOM, o CCIP é um Conselho sem fins lucrativos para promover a cooperação e as políticas governamentais chinesas em matéria de investimentos.
- Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional (CCPIT): organização não governamental, existente desde 1952. Possui enorme capilaridade nas províncias da China e importantes contatos no governo e no setor privado. Promove o comércio por meio de feiras, rodadas de negócios, missões e eventos em geral.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta a complexidade do mercado chinês, buscou-se, com informações estratégicas obtidas com a Consultoria Beijing Axis, bem como por meio de pesquisa na literatura específica, explicar aspectos básicos do governo chinês, com vistas a auxiliar no entendimento e na solução de eventuais dificuldades. Ao apontar quais são as reuniões mais importantes, as pessoas e departamentos mais influentes, as autonomias de províncias e municípios, entre outros tópicos apresentados, a Apex-Brasil espera contribuir para o entendimento de alguns trâmites burocráticos e políticos, e, em um segundo momento, para a construção de uma agenda mais efetiva de acompanhamento e defesa de interesses na China.

Conforme apontam especialistas das áreas de política e negócios internacionais, é crescente a inter-relação entre assuntos da política doméstica e internacional, sendo praticamente consenso que mudanças presidenciais, diferentes composições de Congresso e outras alterações

afetam significativamente o ambiente de negócios e as agendas políticas internacionais. Assim, de um modo simples mas estruturado, este estudo buscou ser um primeiro passo para entender melhor os processos e as instituições na China, encorajando o governo e o empresariado a seguir se atualizando e acompanhando as informações sobre as agendas políticas chinesas.

Sem ter a pretensão de ser um estudo exaustivo, este trabalho foi desenvolvido pela Gerência Executiva de Facilitação para Negócios Internacionais, após ouvir demandas específicas das entidades apoiadas pela Apex-Brasil, e foi baseado em dúvidas concretas que a Agência recebeu nos últimos anos, com questionamentos técnicos dos empresários sobre regulamentos, leis e barreiras. Tendo em conta que a China é o principal parceiro comercial do Brasil, este estudo traz uma compilação de informações que não podem ser ignoradas para quem já negocia ou quer fazer negócios mais bem-sucedidos com os chineses.



# BIBLIOGRAFIA

BEIJING AXIS. Study on China's Political System. 2014.

China Bureau of Statistics. 2013. China Statistical Yearbook.  
<http://www.stats.gov.cn/english/>

China Daily.  
[www.chinadaily.com.cn](http://www.chinadaily.com.cn)

CNTV. Fourth Plenary Session of 18th CPC Central Committee.  
 Disponível em: [http://english.cntv.cn/special/fourthplenum\\_18thCPC/](http://english.cntv.cn/special/fourthplenum_18thCPC/)

DUMBAUGH. Kerry e MARTIN. Michael. Understanding China's Political System.  
 Congressional Research Service. 2009.

EDELMAN. China Public Affairs Update. 14/03/2014

LIEBERTHAL. Kenneth. Governing China, from revolution through reform.  
 Norton & Company, 2ª edição, 2004.

PALTIEL. Jeremy. Structure and Process in Chinese Foreign Policy:  
 Implications for Canada. Open Canada. 2010.

State Council Office.  
<http://english.gov.cn/statecouncil/>

The National People's Congress of the Republic of China. Constitution. 2014.  
 Disponível em: [http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Constitution/node\\_2825.htm](http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Constitution/node_2825.htm)

Xinhua News.  
<http://www.xinhuanet.com/english/>

Xinhua News. 18th CPC Central Congress.  
 Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/special/18cpcnc/index.htm>

# ANEXO I ESTRUTURA DO STATE COUNCIL

MINISTÉRIOS E COMISSÕES SUBORDINADAS	
Ministry of Foreign Affairs	Ministry of Human Resources and Social Security
Ministry of National Defense	Ministry of Land and Resources
National Development and Reform Commission	Ministry of Environmental Protection
Ministry of Education	Ministry of Housing and Urban-Rural Development
Ministry of Science and Technology	Ministry of Transport
Ministry of Industry and Information Technology	Ministry of Water Resources
State Ethnic Affairs Commission	Ministry of Agriculture
Ministry of Public Security	Ministry of Commerce
Ministry of State Security	Ministry of Culture
Ministry of Supervision	National Health and Family Planning Commission
Ministry of Civil Affairs	People's Bank of China
Ministry of Justice	National Audit Office
Ministry of Finance	National Audit Office

ORGANIZAÇÕES ESPECIAIS SUBORDINADAS AO CONSELHO DE ESTADO
State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council



<b>ORGANIZAÇÕES DIRETAMENTE ABAIXO DO CONSELHO DE ESTADO</b>	
General Administration of Customs	National Bureau of Statistics
State Administration of Taxation	State Forestry Administration
State Administration for Industry and Commerce	State Intellectual Property Office
General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine	National Tourism Administration
	State Administration for Religious Affairs
State Administration of Radio, Film and Television	Counsellors' Office of the State Council
General Administration of Press and Publication (National Copyright Administration)	Government Offices Administration of the State Council
General Administration of Sport	National Bureau of Corruption Prevention
State Administration of Work Safety	

<b>INSTITUIÇÕES DIRETAMENTE ABAIXO DO CONSELHO DE ESTADO</b>	
Xinhua News Agency	China Securities Regulatory Commission
Chinese Academy of Sciences	China Insurance Regulatory Commission
Chinese Academy of Social Sciences	State Electricity Regulatory Commission
Chinese Academy of Engineering	National Council for Social Security Fund
Development Research Center of the State Council	National Natural Science Foundation
China National School of Administration	Taiwan Affairs Office of the State Council
China Earthquake Administration	Information Office of the State Council
China Meteorological Administration	State Archives Administration
China Banking Regulatory Commission	

<b>DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS ABAIXO DO CONSELHO DE ESTADO</b>	
Overseas Chinese Affairs Office of the State Council	Legislative Affairs Office of the State Council
Hong Kong and Macao Affairs Office of the State Council	Research Office of the State Council

<b>DEPARTAMENTOS ABAIXO DOS MINISTÉRIOS E COMISSÕES</b>	
State Bureau for Letters and Calls (Brief intro)	State Administration of Cultural Heritage
State Administration of Grain	State Food and Drug Administration
National Energy Administration	State Administration of Traditional Chinese Medicine
State Administration of Science, Technology and Industry for National Defence	State Administration of Foreign Exchange
	State Administration of Coal Mine Safety
State Tobacco Monopoly Administration	National Administration for the Protection of State Secrets
State Administration of Foreign Experts Affairs	State Cryptography Administration
State Bureau of Civil Servants	China National Space Administration
State Oceanic Administration	China Atomic Energy Authority
State Bureau of Surveying and Mapping	State Language Commission
Civil Aviation Administration of China	National Nuclear Safety Administration
State Post Bureau	

# ANEXO II ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

**MINISTRY OF COMMERCE  
PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA**

- Home
- News
- Policies
- Topics
- Statistics
- Services
- Photo Gallery

Home > Organs

**State Organs**

**General Office of the State Council**

**Ministries and Commissions directly under the State Council**

Ministry of Foreign Affairs   Ministry of National Defence   National Development and Reform Commission   Ministry of Education  
 Ministry of Science and Technology   Ministry of Industry and Information Technology   State Ethnic Affairs Commission   Ministry of Public Security   Ministry of Supervision   Ministry of Civil Affairs   Ministry of Justice of State Security  
 Ministry of Finance   Ministry of Personnel   Ministry of Labor and Social Security   Ministry of Land and Resources  
 Ministry of Housing and Urban-Rural Development   Ministry of Railways   Ministry of Transport   Ministry of Water Resources  
 Ministry of Environment Protection   Ministry of Agriculture   Ministry of Agriculture   Ministry of Culture   Ministry of Health  
 National Population and Family Planning Commission   People's Bank of China   State Auditing Office

**Special Commission Directly under State Council**

State-owned Assets Supervision and Administration Commission   State Administration For Industry and Commerce  
 General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine   State Environmental Protection Administration  
 General Administration of Civil Aviation of China   State Administration of Radio, Film and Television  
 General Administration of Press and Publication   General Administration of Sport   General Administration of Sport  
 State Forestry Administration   State Food and Drug Administration   State Administration of Work Safety  
 State Intellectual Property Office (SIPO)   National Tourism Administration   State Administration for Religious Affairs  
 Counsellors' Office of the State Council   Government Offices Administration of the State Council

**Offices under the State Council**

Overseas Chinese Affairs Office of the State Council   Hong Kong and Macao Affairs Office of the State Council  
 Legislative Affairs Office of the State Council   Research Office of the State Council

**Institutions Directly under the State Council**

Xinhua News Agency   Chinese Academy of Sciences   Chinese Academy of Social Sciences   Chinese Academy of Engineering  
 Development Research Center of the State Council   National School of Administration   China Seismological Bureau   National  
 China Meteorological Administration   China Banking Regulatory Commission (CBRC)   Council for Social Security Fund  
 China Securities Regulatory Commission (CSRC)   China Insurance Regulatory Commission (CIRC)  
 State Electricity Regulatory Commission   National Natural Science Foundation

**State Bureaux Administrated by Ministries and Commissions**

State Bureau for Letters and Calls   State Grain Administration   State Tobacco Monopoly Bureau Administration  
 State Bureau of Foreign Experts Affairs   State Oceanic Administration   State Bureau of Surveying and Mapping  
 State Post Bureau   State Cultural Relics Bureau   State Administration of Chinese Traditional Medicine  
 National Natural Science Foundation

**Chambers of Commerce, Associations and Professional Societies**

**China Chambers of Commerce**

China Chamber of Commerce for Import and Export of Textiles	China Chamber of Commerce for Import and Export of Light industrial Products & Arts-Crafts
China Chamber of Commerce for I&E of Metals, Minerals and Chemical Products	China Chamber of Commerce for Import and Export of Foodstuffs, Native Produce and Animal By-Products
China Chamber of Commerce for Import and Export of Machinery and Electronic Products	China Chamber of Commerce of Medicines & Health Products Importers & Exporters
China International Contractors Association	

**Associations**

China Association of Enterprises with Foreign Investment	China Shipper' Association (China Advertising Association of Commerce)
China Association of International Engineering Consulting	China International Freight Forwarders Association
China Council for International Investment Promotion	China-Europe Association for Technical and Economic Cooperation
Association of Economy and Trade Across Taiwan Straits (AETATS)	China Association of Trade in Services

**Professional Societies**

China Trade Society	China Accounting Society of Foreign Economy & Trade
China Internatioal Economic Cooperation Society	China Statistical Society of Foreign Economy & Trade
China Society for World Trade Organization Studies	China International Council for the Promotion of Multinational Corporations
China Convention & Exhibition Society	

# ANEXO III LEGISLATION LAW

## LEGISLATION LAW OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA

*(Adopted at the third Session of the Ninth National People's Congress on March 15, 2000)*

### Contents

#### CHAPTER I GENERAL PROVISIONS

#### CHAPTER II LAWS

##### Section 1 Limits of Legislative Power

##### Section 2 Legislation Procedures for the National People's Congress

##### Section 3 Legislation Procedures for the Standing Committee of the National People's Congress

##### Section 4 Legal Interpretation

##### Section 5 Other Provisions

#### CHAPTER III ADMINISTRATIVE REGULATIONS

#### CHAPTER IV LOCAL REGULATIONS, AUTONOMOUS REGULATIONS, SEPARATE REGULATIONS AND RULES

##### Section 1 Local Regulations, Autonomous Regulations and Separate Regulations

##### Section 2 Rules

#### CHAPTER V APPLICATION AND RECORD

#### CHAPTER VI SUPPLEMENTARY PROVISIONS

### CHAPTER I GENERAL PROVISIONS

**Article 1** This Law is enacted in accordance with the Constitution with a view to standardizing legislation, establishing a sound legislative system of the State, establishing and improving the socialist legal system with Chinese characteristics, safeguarding and developing socialist democracy, promoting the government of the country according to law and building a socialist country under the rule of law.

**Article 2** This Law shall be applicable to the enactment, revision and nullification of laws, administrative regulations, local regulations, autonomous regulations and separate regulations.

The rules of the departments under the State Council and of the local governments shall be formulated, revised and nullified in accordance with the relevant provisions of this Law.

**Article 3** Laws shall be made in compliance with the basic principles laid down in the Constitution, principles of taking economic development as the central task, adhering to the socialist road and the people's democratic dictatorship, upholding leadership by the Communist Party of China, upholding Marxism-Leninism, Mao Zetong Thought and Deng Xiaoping theory and persevering in reform and in opening to the outside world.

**Article 4** Laws shall be made in accordance with the statutory limits of power and procedures, on the basis of the overall interests of the State and for the purpose of safeguarding the uniformity and dignity of the socialist legal system.

**Article 5** Laws shall be made in order to embody the will of the people, enhance socialist democracy and guarantee that the people participate in legislative activities through various channels.

**Article 6** Law shall be made by proceeding from reality and scientifically and rationally prescribing the rights and duties of citizens, legal persons and other organizations, and the powers and responsibilities of State organs.

### CHAPTER II LAWS

#### Section 1 Limits of Legislative Power

**Article 7** The National People's Congress and its Standing Committee exercise the legislative power of the State.

The National People's Congress enacts and amends basic laws governing criminal offences, civil affairs, the State organs and other matters.

The Standing Committee of the National People's Congress enacts and amends laws other than the ones to be enacted by the National People's Congress, and when the National People's Congress is not in session, partially supplements and amends laws enacted by the National People's Congress, but not in contradiction to the basic principles of such laws.

**Article 8** The following affairs shall only be governed by law:

- (1) affairs concerning State sovereignty;
- (2) formation, organization, and the functions and powers of the people's congresses, the people's governments, the people's courts and the people's procuratorates at all levels;
- (3) the system of regional national autonomy, the system of special administrative region, the system of self-government among people at the grassroots level;
- (4) criminal offences and their punishment;
- (5) mandatory measures and penalties involving deprivation of citizens of their political rights or restriction of the freedom of their person;
- (6) requisition of non-State-owned property;
- (7) basic civil system;
- (8) basic economic system and basic systems of finance, taxation, customs, banking and foreign trade;
- (9) systems of litigation and arbitration; and
- (10) other affairs on which laws must be made by the National People's Congress or its Standing Committee.

**Article 9** If laws have not been enacted on the affairs specified in Article 8 of this Law,

the National People's Congress or its Standing Committee has the power to make a decision to authorize the State Council to formulate, according to actual needs, administrative regulations first on part of those affairs, except for the affairs concerning criminal offences and their punishment, mandatory measures and penalties involving deprivation of citizens of their political rights or restriction of the freedom of their person, and the judicial system.

**Article 10** in a decision on authorization, the purpose and scope of the authorization shall be clearly defined.

The authorization organ shall exercise the power strictly in compliance with the authorized purpose and scope.

The authorized organ may not impart the authorized power to any other organs.

**Article 11** After the administrative regulations on an affair formulated under authorization have been tested in practice and when the conditions are ripe for making a law on the affair, the National People's Congress or its Standing Committee shall make a law on it in a timely manner. As soon as the law is made, the authorization with regard to that matter shall be terminated accordingly.

#### Section 2 Legislation Procedures for the National People's Congress

**Article 12** The Presidium of the National People's Congress may submit to the National People's Congress legislative bills, which shall be deliberated by the session of the National People's Congress.

The Standing Committee of the National People's Congress, the State Council, the Central Military Commission, the Supreme People's Court, the Supreme People's Procuratorate and the special committees of the National People's Congress may submit to the National People's Congress legislative bills, which shall be put on the agenda of a session by decision of the Presidium.

**Article 13** A delegation or a group of thirty or more deputies may submit a legislative bill to the National People's Congress. The Presidium shall decide whether or not to put it on the agenda of the session, or shall refer to do so after referring the bill to a relevant special committee for deliberation and for making a proposal as to whether to put it on the agenda.

When the special committee holds a meeting to deliberate the bill, it may invite the sponsoring person to attend the meeting and express opinions.

**Article 14** A legislative bill to be submitted to the National People's Congress may be submitted first to the Standing Committee when the National People's Congress is not in session, and after the Standing Committee has deliberated on it at its meetings in accordance with the procedures stipulated in Section 3 of Chapter II of this Law and decides to submit it to the National People's Congress for deliberation, the Standing Committee or the sponsor shall make explanations to a plenary meeting of the session.

**Article 15** When the Standing Committee decides to submit a legislative bill to a session of the National People's Congress for deliberation, it shall distribute the draft bill to the deputies one month before the session is convoked.

**Article 16** The legislative bill that has been placed on the agenda of a session of the National People's Congress shall be deliberated on by all the delegations after the explanation made by the sponsor has been heard at a plenary meeting of the session.

When the delegations are deliberating on a legislative bill, the sponsor shall send

people to listen to their opinions and answer inquiries.

When the delegations are deliberating on a legislative bill, the relevant organ or organization shall, at the request of the delegations, send people to give briefings therefor.

**Article 17** The legislative bill that has been placed on the agenda of a session of the National People's Congress shall be deliberated by the relevant special committee which shall submit its deliberated opinions to the Presidium, and the opinions shall also be printed and distributed at the session.

**Article 18** The legislative bill that has been placed on the agenda of a session of the National People's Congress shall be subject to a unified deliberation by its Law Committee on the basis of the deliberated opinions of the various delegations and the relevant special committee. The Law Committee shall submit to the Presidium a report on the result of its deliberation and a revised draft law; major dissenting views shall be stated in the report. After examination and approval by the Presidium, the report and the draft law shall be printed and distributed at the session.

**Article 19** With regard to a legislative bill that has been placed on the agenda of a session of the National People's Congress, the executive chairmen of the Presidium may, when necessary, convene a meeting of the heads of the various delegations to hear and discuss the deliberated opinions of the delegations on major questions in the legislative bill, and report the result of the discussion and the opinions expressed to the Presidium.

The executive chairmen of the Presidium may also convene a meeting of the interested deputies recommended by the delegations to discuss the major, special questions in the legislative bill, and report the result of the discussion and the opinions expressed to the Presidium.

**Article 20** With regard to a legislative bill that has been placed on the agenda of a session of the National People's Congress, if the sponsor requests its withdrawal before it is put to vote, he shall state the reasons, and deliberation of the bill at the session shall terminate as soon as the Presidium has accepted the request and reported the matter to the session.

**Article 21** Where important questions raised during the deliberation on a legislative bill call for further study, the Congress may, by decision of a plenary meeting according to a proposal made by the Presidium, authorize the Standing Committee to further deliberate on the bill on the basis of deputies' opinions, to make a decision and to give a report on the decision to the next session of the National People's Congress; or the Standing Committee may be authorized to further deliberate on the bill on the basis of deputies' opinions, to work out a revision proposal and to submit it to the next session of the National People's Congress for deliberation and decision.

**Article 22** After a revised draft of the legislative bill has been deliberated on by the various delegations, the Law Committee shall revise revised draft according to the deliberated opinions of the delegations and prepare a draft for vote, the Presidium shall submit it for vote to a plenary meeting of the session, and the draft shall be subject to adoption by a simple majority of all the deputies.

**Article 23** A law adopted by the National People's Congress shall be promulgated by Order of the President signed by the President of the People's Republic of China.

#### Section 3 Legislation Procedures for the Standing Committee of the National People's Congress

**Article 24** The Council of Chairmen may submit legislative bills to a meeting of the Standing Committee for deliberation.

The State Council, the Central Military Commission, the Supreme People's Court, the Supreme People's Procuratorate or a special committee of the National People's Congress may submit a legislative bill to the Standing Committee, and the Council of Chairmen shall decide whether to put it on the agenda of a meeting of the Standing Committee or to refer it first to the relevant special committee for deliberation before deciding whether to put it on the agenda of a meeting of the Standing Committee in light of the report submitted by the relevant special committee. If the Council of Chairmen believes that the legislative bill contains major questions calling for further study, it may advise the sponsor of the bill to revise and improve the bill before submitting it to the Standing Committee.

**Article 25** Ten or more of the members of the Standing Committee may jointly submit a legislative bill to the Standing Committee, and the Council of Chairmen shall decide whether to put it on the agenda of a meeting of the Standing Committee, or to refer it first to the relevant special committee for deliberation before deciding whether to put it on the agenda of a meeting of the Standing Committee in light of the suggestions as to whether to put it on the agenda submitted by the relevant special committee. If the Council of Chairmen decides not to put the legislative bill on the agenda of a meeting of the Standing Committee, it shall report the matter to a meeting of the Standing Committee or give an explanation to the sponsor.

When a special committee holds a meeting to deliberate on a bill, the sponsor may be invited to attend the meeting and express opinions.

**Article 26** When a legislative bill is placed on the agenda of a meeting of the Standing Committee, its draft shall, except under special circumstances, be delivered to the component members of the Standing Committee seven days before the meeting.

**Article 27** As a rule, a legislative bill placed on the agenda of a meeting of the Standing Committee shall be put to vote after deliberations at three meetings of the Standing Committee.

When the Standing Committee is to deliberate on a legislative bill for the first time, it shall hear the explanation made by the sponsor at a plenary meeting, and then preliminary deliberation shall be conducted at group meetings.

When the Standing Committee is to deliberate on a legislative bill for the second time, it shall hear the report made by the Law Committee on the revision of the draft and the main problems thereof at a plenary meeting, and then further deliberation shall be conducted at group meetings.

When the Standing Committee is to deliberate on a legislative bill for the third time, it shall hear the report made by the Law Committee on the result of its deliberation on the draft at a plenary meeting, and then the revised draft of the legislative bill shall be deliberated on at group meetings.

When the Standing Committee is to deliberate on a legislative bill, it may, according to needs, convene joint group meetings or plenary meetings to discuss the main questions contained in the draft.

**Article 28** If the various quarters have a consensus in the main on a legislative bill placed on the agenda of a meeting of the Standing Committee, the bill may be put to vote after deliberation at two meetings of the Standing Committee; if the various quarters have a consensus in the main on a legislative bill concerning partial amendment of a law, the bill may be put to vote after deliberation at one meeting only.

**Article 29** When group meetings of the Standing Committee are held to deliberate on a legislative bill, the sponsor shall send people to listen to opinions and answer inquiries.

When group meetings of the Standing Committee are held to deliberate on a legislative bill, the relevant organ or organization shall, at the request of any group, send people to give briefings thereof.

**Article 30** The legislative bill placed on the agenda of a meeting of the Standing Committee shall be deliberated by the relevant special committee, which shall offer its opinions after deliberation and have them printed and distributed at the Standing Committee meeting.

When a special committee holds a meeting to deliberate on a legislative bill, members of other relevant special committees may be invited to attend the meeting and express opinions.

**Article 31** With regard to a legislative bill placed on the agenda of a Standing Committee meeting, the Law Committee shall conduct a unified deliberation on the basis of the opinions expressed by members of the Standing Committee and relevant special committees after deliberation as well as the opinions offered by the various quarters, work out a revision report or a report on the result of its deliberation and a revised draft of the legislative bill, and state the major dissenting view in either of the two reports. It shall give feedback to the relevant special committees if their deliberated opinions of importance are not accepted.

When the Law Committee holds a meeting to deliberate on a legislative bill, members of other relevant special committees may be invited to attend the meeting and express opinions.

**Article 32** When a special committee is to deliberate on a legislative bill, it shall hold a plenary meeting and may, in light of need, request the relevant organ or organization to send the leading members concerned to make explanation.

**Article 33** Where the special committees disagree on major questions contained in a draft law, the matter shall be reported to the Council of Chairmen.

**Article 34** With regard to a legislative bill placed on the agenda of a Standing Committee meeting, the Law Committee, the relevant special committee and the working offices of the Standing Committee shall listen to opinions of the various quarters by holding forums, seminars, hearings, etc.

The working offices of the Standing Committee shall send copies of the draft law to the relevant organs, organizations and specialists to solicit their opinions and then sort out the opinions and submit them to the Law Committee and the relevant special committee and, where necessary, print and distribute them at a meeting of the Standing Committee.

**Article 35** With regard to a legislative bill placed on the agenda of a Standing Committee meeting, it may, by decision of the Council of Chairmen, be published for soliciting opinions. Opinions gathered from the organs, organizations and citizens shall be sent to the working offices of the Standing Committee.

**Article 36** With regard to a legislative bill placed on the agenda of a meeting of the Standing Committee, its working offices shall collect and sort out the deliberated opinions from group meetings and the opinions offered by the various quarters as well as other relevant information, and then send them to the Law Committee and the relevant special committee and, where necessary, print and distribute them at a meeting of the Standing Committee.

**Article 37** With regard to a legislative bill placed on the agenda of a meeting of the Standing Committee, if the sponsor requests its withdrawal before it is put to vote, he shall state the reasons, and deliberation of the bill at the meeting shall terminate as soon as the Council of Chairmen has accepted the request and reported the matter to the Standing Committee.

**Article 38** Where a legislative bill has been deliberated on by the Standing Committee at three meetings and there are still major questions calling for further study, the Council of Chairmen may propose, provided with the consent of a joint group meeting or a plenary meeting, not to put the bill to vote for the time being, and refer it to the Law Committee and the relevant committee for further deliberation.

**Article 39** Where the deliberation of a legislative bill has been laid aside for two full years owing to significant disagreement among the various quarters on the necessity and feasibility of making the bill into a law, or where a legislative bill that has been proposed not to be put to vote for the time being has failed to be placed again on the agenda of a meeting of the Standing Committee for deliberation within two years, the Council of Chairmen shall report the matter to the Standing Committee and deliberation on the said bill shall terminate.

**Article 40** After the revised draft of a law has been deliberated by the Standing Committee at its meeting, the Law Committee shall further revise it on the basis of the deliberated opinions of the members of the Standing Committee before preparing a draft for vote; then, the Council of Chairmen shall request the Standing Committee to put the draft to vote at a plenary meeting, and the draft shall be subject to adoption by a simple majority of the total membership of the Standing Committee.

**Article 41** A law adopted by the Standing Committee shall be promulgated by Order of the President signed by the president of the People's Republic of China.

#### Section 4 Legal Interpretation

**Article 42** The power of legal interpretation belongs to the Standing Committee of the National People's Congress.

A law shall be interpreted by the Standing Committee of the National People's Congress if:

- 1) the specific meaning of a provision needs to be further defined; or
- 2) after its enactment, new developments make it necessary to define the basis on which to apply the law.

**Article 43** The State Council, the Central Military Commission, the Supreme People's Court, the Supreme People's Procuratorate, a special committee of the National People's Congress and the standing committee of the people's congress of a province, autonomous region or municipality directly under the Central Government may request the Standing Committee of the National People's Congress to give legal interpretation.

**Article 44** The working offices of the Standing Committee shall study and work out a draft for the legal interpretation, which shall be put on the agenda of the Standing Committee meeting by decision of the Council of Chairmen.

**Article 45** After a draft for legal interpretation has been deliberated by the Standing Committee at its meeting, the Law Committee shall, on the basis of the deliberated opinions of members of the Standing Committee, deliberate on the draft and revise it before working out a draft legal interpretation for vote.

**Article 46** The draft legal interpretation for vote shall be subject to adoption by a simple majority of the total membership of the Standing Committee and be promulgated by the Standing Committee in an announcement.

**Article 47** The legal interpretation adopted by the Standing Committee of the National People's Congress has the same effect as the laws enacted by it.

#### Section 5 Other Provisions

**Article 48** When a legislative bill is submitted, a version of the draft law, its explanation and other necessary information shall be provided at the same time. The explanation on the draft law shall cover the necessity of its enactment and its main contents.

**Article 49** With regard to a legislative bill submitted to the National People's Congress or its Standing Committee, the sponsor has the right to withdraw it before it is put on the agenda of a Congress session or Committee meeting.

**Article 50** With regard to a legislative bill that has failed to pass the vote at a plenary meeting of the National People's Congress or its Standing Committee, if the sponsor still considers it necessary to enact the proposed law, he may submit the bill anew in accordance with the statutory procedures, and the Presidium or the Council of Chairmen shall decide whether to put it on the agenda of a session of the Congress or a meeting of the Standing Committee; for a bill that has failed to be adopted by the National People's Congress, the case shall be referred to the National People's Congress for deliberation and decision.

**Article 51** In a law, the time for its entry into effect shall be clearly stipulated.

**Article 52** In an Order of the President signed for promulgating a law, the organ that enacts the law, the date of its adoption and the time for its entry into effect shall be clearly stated.

Once a law is promulgated upon signing, it shall be published in the Bulletin of the Standing Committee of the National People's Congress and in the newspapers with a nationwide distribution.

The text of a law published in the Bulletin of the Standing Committee shall be the standard text.

**Article 53** The procedures for revising or nullifying a law shall be governed by the relevant provisions in this Chapter.

Where only part of the articles of a law are revised or nullified, the new text of the law must be promulgated.

**Article 54** According to the need of the contents, a law may consist of parts, chapters, sections, articles, paragraphs, subparagraphs and items.

The sequence of the different parts, chapters, sections and articles shall be marked in the order of Chinese numerals, the sequence of the paragraphs shall not be marked, that of subparagraphs shall be marked in the order of bracketed Chinese numerals and that of items marked with Arabic numerals.

In the note to the title of a law, the organ that enacts the law and the date of adoption shall be clearly stated.

**Article 55** The working offices of the Standing Committee of the National People's Congress may reply, after study, to any legal inquiries regarding specific questions and shall report thereon to the Standing Committee for the record.

### CHAPTER III ADMINISTRATIVE REGULATIONS

**Article 56** The State Council shall, in accordance with the Constitution and laws, formulate administrative regulations.

The administrative regulations may be formulated to govern the following matters:

- (1) matters requiring the formulation of administrative regulations in order to implement the provisions of law; and
- (2) matters within the administrative functions and powers of the State Council as provided for in Article 89 of the Constitution.

When the administrative regulations governing an affair which has been formulated first by the State Council under authorization decided on by the National People's Congress or its Standing Committee, an affair on which the National People's Congress or its Standing Committee is responsible to make a law, have been tested in practice and when the conditions are ripe for making a law on the affair, the State Council shall, in a timely manner, request the National People's Congress or its Standing Committee to make the law.

**Article 57** The drafting of administrative regulations shall be arranged by the State Council. Where a relevant department under the State Council considers it necessary to formulate administrative regulations to govern a matter, it shall apply to the State Council for including the matter in its legislation list.

**Article 58** In drafting administrative regulations, opinions from relevant organs, organizations and citizens shall be widely listened to, and forums, seminars, hearings, etc. may be held for the purpose.

**Article 59** When the drafting of the administrative regulations is completed, the drafting unit shall submit the draft, its explanation, differing opinions from the various quarters on major questions in the draft and other relevant information to the legislative affairs department under the State Council for examination.

The legislative affairs department under the State Council shall submit an examination report and a revised draft to the State Council and in its examination report explain the major questions in the draft.

**Article 60** The decision-making procedures for administrative regulations shall comply with the relevant provisions in the Organic Law of the State Council of the People's Republic of China.

**Article 61** Administrative regulations shall be promulgated by Order of the State Council signed by the Premier of the State Council.

**Article 62** After promulgation upon signing, the administrative regulations shall immediately be published in the Bulletin of the State Council and in newspapers with a nationwide distribution.

The text of the administrative regulations published in the Bulletin of the State Council shall be the standard text.

#### Chapter IV Local Regulations, Autonomous Regulations, Separate Regulations, and Rules

##### Section 1 Local Regulations, Autonomous Regulations and Separate Regulations

**Article 63** The people's congresses or their standing committees of the provinces,

autonomous regions and municipalities directly under the Central Government may, in light of the specific conditions and actual needs of their respective administrative areas, formulate local regulations, provided that such regulations do not contradict the Constitution, the laws and the administrative regulations.

The people's congresses or their standing committees of the comparatively larger cities may, in light of the specific local conditions and actual needs, formulate local regulations, provided that they do not contradict the Constitution, the laws, the administrative regulations and the local regulations of their respective provinces or autonomous regions, and they shall submit the regulations to the standing committees of the people's congresses of the provinces or autonomous regions for approval before implementation. The standing committees of the people's congresses of the provinces or autonomous regions shall examine the legality of such local regulations which are submitted for approval, and shall approve them within four months if they do not contradict the Constitution, the laws, the administrative regulations, and the local regulations of their respective provinces or autonomous regions.

When the standing committee of the people's congress of a province or autonomous region examines the local regulations of a comparatively larger city submitted for approval, it shall make a decision to deal with the matter if it finds that the said regulations contradict the rules of the people's government of the province or autonomous region.

A "comparatively larger city" used in this Law refers to a city where a provincial or autonomous regional people's government is located or where a special economic zone is located, or a city approved as such by the State Council.

**Article 64** Local regulations may be formulated to govern the following matters:

- (1) matters requiring the formulation of specific provisions in light of the actual conditions of an respective administrative area for implementing the provisions of laws or administrative regulations; and
- (2) matters of local character that require the formulation of local regulations.

Except for the affairs provided for in Article 8 of this Law, the provinces, autonomous regions, municipalities directly under the Central Government and the comparatively larger cities may, in light of the specific local conditions and actual needs, first formulate local regulations on all other affairs for which the State has not yet formulated any laws or administrative regulations. Once the laws or administrative regulations formulated on such matters by the State come into effect, the provisions in local regulations which contradict the said laws or administrative regulations shall be null or void, and the organs that have formulated such regulations shall promptly amend or annul the provisions.

**Article 65** The people's congresses or their standing committees of the provinces and cities where special economic zones are located may, upon authorization by decision of the National People's Congress, formulate regulations and enforce them within the limits of the special economic zones.

**Article 66** The people's congresses of the national autonomous areas have the power to formulate autonomous regulations and separate regulations on the basis of the political, economic and cultural characteristics of the local nationality(nationalities). The autonomous regulations and separate regulations of the autonomous regions shall be submitted to the Standing Committee of the National People's Congress for approval and shall go into effect upon approval. The autonomous regulations and separate regulations of the autonomous prefectures or counties shall be submitted to the

standing committees of the people's congresses of the relevant provinces, autonomous regions or municipalities directly under the Central Government for approval and shall go into effect upon approval.

Where certain provisions of the laws and administrative regulations are concerned, adaptation on the basis of the characteristics of the local nationality (nationalities) may be made in autonomous regulations and separate regulations, but such adaptation may not contradict the basis principles of the laws and administrative regulations; where the provisions of the Constitution and the Law on Regional National Autonomy as well as the provisions in other laws and administrative regulations specially formulated to govern the national autonomous areas are concerned, no adaptation may be made.

**Article 67** Local regulations governing especially important matters of an administrative area shall be subject to adoption by the people's congress of the area.

**Article 68** The procedures for submission, deliberation and voting of bills of local regulations, autonomous regulations or separate regulations shall be enacted by the people's congress at the corresponding level in accordance with the Organic Law of the People's Republic of China on Local People's Congresses and Local People's Governments and with reference to the provisions of Sections 2, 3 and 5 in Chapter II of this Law.

The organ in charge of unified deliberation of a draft of local regulations shall prepare a report on the result of its a conclusive report on deliberation and a revised draft of the regulations.

**Article 69** Local regulations formulated by the people's congress of a province, autonomous region or municipality directly under the Central Government shall be promulgated by the presidium of the congress in an announcement.

Local regulations formulated by the standing committee of the people's congress of a province, autonomous region or municipality directly under the Central Government shall be promulgated by the standing committee in an announcement.

Local regulations formulated by the people's congress or its standing committee of a comparatively larger city shall, upon approval, be promulgated by the standing committee of the people's congress of the city in an announcement.

Autonomous regulations or separate regulations shall, upon approval, be promulgated by the standing committee of the local people's congress of the autonomous region, autonomous prefecture or autonomous county in an announcement.

**Article 70** Once local regulations or autonomous regulations and separate regulations of an autonomous region are promulgated, they shall be published in the gazette of the standing committee of the local people's congress and in newspapers distributed within the administrative area.

The text of local regulations or autonomous regulations and separate regulations published in the gazette of the standing committee of the people's congress shall be the standard text.

#### Section 2 Rules

**Article 71** The ministries and commissions of the State Council, the People's Bank of China, the State Audit Administration as well as the other organs endowed with administrative functions directly under the State Council may, in accordance with the laws as well as the administrative regulations, decisions and orders of the State Council and within the limits of their power, formulate rules.

Matters governed by the rules of departments shall be those for the enforcement of the laws or the administrative regulations, decisions and orders of the State Council.

**Article 72** With regard to a matter that falls within the limits of power of two or more departments under the State Council, the State Council shall be requested to formulate administrative regulations, or the departments concerned under the State Council shall jointly formulate rules.

**Article 73** The people's governments of the provinces, autonomous regions, municipalities directly under the Central Government and the comparatively larger cities may, in accordance with laws and administrative regulations and the local regulations of their respective province, autonomous regions or municipalities, formulate rules.

Local governments may formulate rules to govern the following matters:

- (1) matters requiring the formulation of rules to implement the provisions of laws, administrative regulations and local regulations; and
- (2) specific administrative matters pertaining to their respective administrative areas.

**Article 74** The procedures for formulating the rules of departments under the State Council and rules of local governments shall be enacted by the State Council with reference to the provisions in Chapter III of this Law.

**Article 75** The Rules of departments shall be subject to decision by the executive meetings of ministries or meetings of commissions.

The rules of local governments shall be subject to decision by the executive meetings or plenary meetings of the respective governments.

**Article 76** The rules of departments shall be promulgated by orders signed by the heads of the departments.

The rules of local governments shall be promulgated by orders signed by governors of provinces, chairmen of autonomous regions or mayors.

**Article 77** the rules of departments shall, upon promulgation by signed orders, be promptly published in the gazette of the State Council or gazettes of the departments and in newspapers with a nationwide distribution.

The rules of local governments shall, upon promulgation by signed orders, be promptly published in gazettes of the local people's governments and in newspapers distributed within their respective administrative areas.

The text of rules published in the gazette of the State Council or of the department and in the gazette of the local people's government shall be the standard text.

### CHAPTER V APPLICATION AND RECORD

**Article 78** The legal effect of the Constitution is the highest, and no laws, administrative regulations, local regulations, autonomous regulations, separate regulations or rules whatever may contradict it.

**Article 79** The effect of laws is higher than that of administrative regulations, local regulations, and rules.

The effect of administrative regulations is higher than that of local regulations, and rules.

**Article 80** The effect of local regulations is higher than that of the rules of the local governments at or below the corresponding level.

The effect of the rules formulated by the people's governments of the provinces or autonomous regions is higher than that of the rules formulated by the people's governments of the comparatively larger cities within the administrative areas of the provinces and autonomous regions.

**Article 81** Where in autonomous regulations or separate regulations provisions are formulated in accordance with law to make adaptations with regard to certain provisions of laws, administrative regulations or local regulations, the provisions of the autonomous regulations or separate regulations shall apply in the autonomous areas concerned.

Where regulations of special economic zones are formulated, upon authorization, to make adaptations with regard to certain provisions of laws, administrative regulations or local regulations, the provisions of the regulations of special economic zones shall apply in the special economic zones concerned.

**Article 82** The effect of the rules of different departments is equal between the departments, and the effect of the rules of departments and of the rules of local governments is equal between the departments and local governments; their application shall be confined to their respective limits of authority.

**Article 83** With regard to laws, administrative regulations, local regulations, autonomous regulations, separate regulations or rules, if they are formulated by one and same organ and if there is inconsistency between special provisions and general provisions, the special provisions shall prevail; if there is inconsistency between the new provisions and the old provisions, the new provisions shall prevail.

**Article 84** Laws, administrative regulations, local regulations, autonomous regulations, separate regulations and rules shall not be retroactive, but the regulations formulated specially for the purpose of better protecting the rights and interests of citizens, legal persons and other organizations are excepted.

**Article 85** Where there is inconsistency between the new general provisions and the old special provisions in different laws governing one and the same matter and it is hard to decide which provisions shall prevail, a ruling shall be made by the Standing Committee of the National People's Congress.

Where there is inconsistency between the new general provisions and the old special provisions in different administrative regulations governing one and the same matter and it is hard to decide which provisions shall prevail, a ruling shall be made by the State Council.

**Article 86** Where there is inconsistency between local regulations and rules, a ruling shall be made by the organ concerned according to the limits of power prescribed below:

(1) Where there is inconsistency between the new general provisions and the old special provisions formulated by one and the same organ, the said organ shall make a ruling;

(2) Where there is inconsistency between the provisions of local regulations and those of the rules of departments governing one and same matter and it is hard to decide which provisions shall prevail, the State Council shall make a decision; if it considers that the provisions of the local regulations should be applied, it shall decide that the provisions of the local regulations be applied in the locality concerned; if it considers that the rules of departments should be applied, the case

shall be submitted to the Standing Committee of the National People's Congress for a ruling; and

(3) Where there is inconsistency between the provisions in the rules of different departments or between the provisions in the rules of the departments and those in the rules of local governments governing one and the same matter, the State Council shall make a ruling.

Where there is inconsistency between the regulations formulated upon authorization and the provisions of laws and it is hard to decide which shall prevail, the Standing Committee of the National People's Congress shall make a ruling.

**Article 87** Under any of the following circumstances, laws, administrative regulations, local regulations, autonomous regulations, separate regulations or rules shall be altered or annulled by the organ concerned in accordance with the limits of power prescribed in Article 88 of this Law:

(1) where the limits of power are transcended;

(2) where provisions of the legislation of lower levels contravene those of the legislation of upper levels;

(3) where, because of inconsistency between the provisions of different rules governing one and the same matter, it is ruled that the provisions of one side be altered or annulled;

(4) where the provisions of rules are considered inappropriate and should therefore be altered or annulled; or

(5) where legal procedures are violated.

**Article 88** The limits of power for altering or annulling laws, administrative regulations, local regulations, autonomous regulations, separate regulations or rules are as follows:

(1) The National People's Congress has the power to alter or annul any inappropriate laws enacted by its Standing Committee, and to annul any autonomous regulations or separate regulations which have been approved by its Standing Committee but which contravene the Constitution or the provision of the second paragraph in Article 66 of this Law;

(2) The Standing Committee of the National People's Congress has the power to annul any administrative regulations which contradict the Constitution and laws, to annul any local regulations which contradict the Constitution, laws or administrative regulations, and to annul any autonomous regulations or separate regulations which have been approved by the standing committees of the people's congresses of the relevant provinces, autonomous regions or municipalities directly under the Central Government but which contravene the Constitution or the provision of the second paragraph in Article 66 of this Law;

(3) The State Council has the power to alter or annul any inappropriate rules of the departments and of local governments;

(4) The people's congress of a province, autonomous region or municipality directly under the Central Government has the power to alter or annul any inappropriate local regulations formulated or approved by its standing committee;

(5) The standing committee of a local people's congress has the power to annul any inappropriate rules formulated by the people's government at the same level;

(6) The people's government of a province or autonomous region has the power to alter or annul any inappropriate rules formulated by people's governments at the

next lower level; and

(7) The authorizing organ has the power to annul any of the regulations formulated by an authorized organ that transcends the authorized limits of power or contravenes the authorized purpose, and when necessary, may revoke the authorization.

**Article 89** Administrative regulations, local regulations, autonomous regulations, separate regulations and rules shall, within 30 days from the date of promulgation, be reported to the organ concerned for the record in accordance with the following provisions:

(1) Administrative regulations shall be reported to the Standing Committee of the National People's Congress for the record;

(2) Local regulations formulated by the people's congresses or their standing committees of provinces, autonomous regions and municipalities directly under the Central Government shall be reported to the Standing Committee of the National People's Congress and the State Council for the record; local regulations formulated by the people's congresses or their standing committees of the comparatively larger cities shall be reported by the standing committees of the people's congresses of the relevant provinces and autonomous regions to the Standing Committee of the National People's Congress and the State Council for the record;

(3) Autonomous regulations and separate regulations formulated by autonomous prefectures and autonomous counties shall be reported by the standing committees of people's congresses of the relevant provinces, autonomous regions or municipalities directly under the Central Government to the Standing Committee of the National People's Congress and the State Council for the record;

(4) The rules of a department and of a local government shall be reported to the State Council for the record. The rules of a local government shall at the same time be reported to the standing committee of the people's congress at the same level for the record. The rules formulated by the people's government of a comparatively larger city shall simultaneously be reported to the standing committee of the people's congress and to the people's government of the relevant province or autonomous region for the record; and

(5) Regulations formulated upon authorization shall be reported to the organ specified by the authorization decision for the record.

**Article 90** When the State Council, the Central Military Commission, the Supreme People's Court, the Supreme People's Procuratorate and the standing committees of the people's congresses of the provinces, autonomous regions and municipalities directly under the Central Government consider that administrative regulations, local regulations, autonomous regulations or separate regulations contradict the Constitution or laws, they may submit to the Standing Committee of the National People's Congress written requests for examination, and the working offices of the Standing Committee shall refer the requests to the relevant special committees for examination and suggestions.

When State organs other than the ones mentioned in the preceding paragraph, public organizations, enterprises and institutions or citizens consider that administrative regulations, local regulations, autonomous regulations or separate regulations contradict the Constitution or laws, they may submit to the Standing Committee of the National People's Congress written suggestions for examination, and the working offices of the Standing Committee shall study the suggestions and shall, when necessary, refer them to the relevant special committees for examination and

suggestions.

**Article 91** When after examination a special committee of the National People's Congress considers that administrative regulations, local regulations, autonomous regulations or separate regulations contradict the Constitution or laws, it may submit written suggestions to the organ that has formulated the regulations for examination; or the Law Committee and other relevant special committees may convene a joint meeting for examination and request the said organ to attend the meeting and give an explanation, and then after examination submit to the organ written comments and suggestions. The organ that has formulated the regulations shall, within two months, study and put forth suggestions as to whether to revise the regulations, and shall give feedback to the Law Committee and other relevant special committees of the National People's Congress.

If, after examination, the Law Committee and other relevant special committees of the National People's Congress consider that administrative regulations, local regulations, autonomous regulations or separate regulations contradict the Constitution or laws and the organ that has formulated such regulations refuses to make revision, they may submit written comments and suggestions on the basis of their examination and propose a motion for annulment of the regulations to the Council of Chairmen, which shall decide whether to submit the motion to a meeting of the Standing Committee for examination and decision.

**Article 92** Other authorities which receive local regulations, autonomous regulations, separate regulations or rules submitted to them for the record shall, in accordance with the principle of safeguarding legal uniformity, formulate procedures for the examination of such regulations or rules.

#### Chapter VI Supplementary Provisions

**Article 93** The Central Military Commission shall, in accordance with the Constitution and laws, formulate military regulations.

The General Departments, the various services and arms and the military commands of the Central Military Commission may, in accordance with laws and the military regulations, decisions and orders of the Commission, formulate military rules within the limits of their power.

Military regulations and military rules shall be implemented within the armed forces.

Measures for formulating, revising and nullifying military regulations and military rules shall be formulated by the Central Military Commission in accordance with the principles laid down in this Law.

**Article 94** This Law shall go into effect as of July 1, 2000.

**Notice:** All copyrights of the English version of the Orders of the President of the People's Republic of China released on gov.cn belong to the Legislative Affairs Commission of the Standing Committee of the National People's Congress of the People's Republic of China.



AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO  
DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS 

SBN, Quadra 02, Lote 11  
Edifício Apex-Brasil - Brasília/DF - Brasil  
CEP 70040-020

Tel.: +55 61 3426-0202 | Fax: +55 61 3426-0263  
[www.apexbrasil.com.br](http://www.apexbrasil.com.br) | [apexbrasil@apexbrasil.com.br](mailto:apexbrasil@apexbrasil.com.br)

Ministério do  
**Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio Exterior**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA